



**O desempenho da agroindústria canavieira paulista (2000-2010) no
contexto do capitalismo mundializado**

*The performance of the São Paulo sugarcane agroindustry (2000-2010) in the
context of globalized capitalism*

Bruno Giovanni Chequin¹

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão a respeito do crescimento eloquente da produção do setor agroindustrial canavieiro paulista, registrado na década de 2000, estabelecendo seu nexos com o atual estágio de acumulação capitalista mundializada, caracterizado, notadamente, pelo aumento dos fluxos internacionais de capitais e informações. Nessa direção, busca-se uma abordagem sistêmica da expansão dessa agroindústria paulista, entre 2000 e 2010, dentro de um contexto regido pelos interesses dos capitais comandantes do sistema econômico internacional que compôs um rearranjo dos ambientes institucionais, tanto no cenário global quanto no doméstico, oportunizando uma política econômica interna orientada para o modelo primário exportador como via de inserção externa do país.

Palavras-chave: agroindústria canavieira; primário exportador; mundialização do capital.

ABSTRACT: This article proposes a reflection on the eloquent growth of the production in the sugarcane agro-industrial sector in São Paulo, registered in the 2000s, establishing its connection with the current stage of globalized capitalist accumulation, characterized, notably, by the increase in international flows of capital and information. In this direction, we seek a systemic approach to the expansion of this agroindustry in São Paulo, between 2000 and 2010, within a context governed by the interests of the commanding capitals of the international economic system that composed a rearrangement of the institutional environments, both in the global and domestic scenario, favoring an internal economic policy oriented to the primary export model as a way of external insertion of the country.

Keywords: sugarcane agroindustry; primary exporter; globalization of the capital.

¹ Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) (2018). Atualmente, matriculado no curso de Doutorado em História Econômica na mesma universidade. Email: br_chequin@usp.br



Introdução

Este artigo propõe uma análise sobre a vigorosa expansão produtiva da agroindústria canavieira paulista, ocorrida entre 2000 e 2010, como decorrência de uma dinâmica mais ampla que contempla os interesses da camada superior do capital mundializado. Destaca-se que a interpretação do processo de mundialização capitalista, aqui utilizado, refere-se a uma etapa específica da internacionalização do capital e de sua reprodução que ganhou força no final do século XX. Para tanto recorre-se a uma perspectiva sistêmica a fim de perceber os fenômenos econômicos locais a partir da sua interrelação com os capitais comandantes de acumulação na esfera global.

Isso posto, na primeira parte do texto utiliza-se obras de autores que interpretam o estágio recente da evolução capitalista mundial como resultado de um percurso histórico. Nessa perspectiva, é valioso trazer para esse estudo o conceito dos ciclos sistêmicos de acumulação elaborado por Giovanni Arrighi (2012), a fim de fazer uma digressão sobre a dinâmica do capitalismo e sua manifestação vigente. As contribuições de David Harvey (2004) e (2008) são oportunas para compreensão do padrão atual de acumulação marcado pela considerável expansão financeira capitaneada pelos países centrais da economia-mundo capitalista, na medida em que analisa sua origem como desdobramentos da crise estrutural que atingiu esses países, no início dos anos 1970, e da conseqüente escalada do pensamento neoliberal que direcionou a reestruturação do Estado e influenciou as ações para a flexibilização dos processos de produção, do trabalho e de padrões de consumo. Os autores Gérard Duménil e Dominique Lévy (2003) contextualizam o cenário político e econômico que favoreceu o afrouxamento das regras do mercado de câmbio e a liberdade de movimentação do capital, conferindo às finanças norte-americanas uma posição hegemônica no funcionamento do sistema financeiro mundial. A contribuição de François Chesnais (2003) vem para complementar as considerações dos demais autores ao refletir sobre as mudanças estruturais ocorridas na economia de diversos países nas últimas décadas do século XX, que conferiram aos mercados e operadores financeiros uma ampliação considerável de seus poderes, viabilizando um papel preponderante para o capital financeiro no capitalismo global contemporâneo.



Na segunda parte desse trabalho, empenha-se em avaliar a performance da agroindústria canavieira de São Paulo como decorrência da estruturação da política econômica nacional voltada para articular a reinserção do Brasil no comércio internacional pautada nas exportações de *commodities*, conformando-se à ordenação da demanda do mercado mundial. Nessa direção, para pensar a política econômica brasileira orientada para impulsionar as exportações primárias, a partir de 2000, toma-se por referência os trabalhos de Guilherme Costa Delgado (2010). Sobre as condições que favoreceram aquecimento da demanda externa pelos produtos dessa agroindústria, são úteis as contribuições de Fábio Giambiagi (2011) e de Laura Maria Regina Tetti (2002). Para dimensionar os resultados alcançados pelo setor agroindustrial canavieiro paulista, utiliza-se os dados estatísticos levantados pelo MAPA (2007) e (2014).

Nas considerações finais, recorre-se aos estudos de pesquisadores como Fabio Teixeira Pitta (2016) que analisa os mecanismos financeiros utilizados, possibilitando as amplas movimentações de capitais e a sua contribuição para essa expansão setorial. Paralelamente, José Giacomo Baccarin, José Jorge Gebara e Cíntia Oliva Factore (2009) fazem uma avaliação do avanço do processo de fusões e aquisições (F&A) nas empresas do setor. Em complemento, Sebastião Neto Ribeiro Guedes e Lucas Eduardo Gianotti (2009) registram o aumento crescente da presença do capital estrangeiro nessas agroindústrias, especialmente após a segunda metade da década de 2000. Diante dos temas tratados por esses autores, busca-se esboçar uma breve reflexão a respeito do desempenho alcançado pela agroindústria canavieira paulista, entre 2000 e 2010, levando em conta sua congruência com as diretrizes da política econômica nacional, com ampla orientação para especialização primária, condicionada pela submissão do país à ordem sistêmica da acumulação capitalista no âmbito mundial.

1- Origens e dinâmica recente da economia-mundo capitalista

Com o propósito de examinar a dinâmica capitalista numa perspectiva histórica, é rico o esboço interpretativo de Giovanni Arrighi (2012) sobre os ciclos sistêmicos de acumulação. De modo sumário, a interpretação de ciclo sistêmico concebida por esse autor compreende um recorte temporal de longa duração na trajetória da economia-mundo capitalista, com base na concepção braudeliana, constituída por arranjos político-



econômicos específicos através de uma coordenação singular de interesses empresariais com uma orquestração governamental peculiar sob a liderança de um estado hegemônico². Nesse sentido, o esquema teórico dos ciclos sistêmicos de acumulação conceituado por Arrighi, apresenta-se decomposto em unidades de análise inspirado na concepção elaborada por Fernand Braudel sobre a duração completa do sistema capitalista mundial, assim cada ciclo é nomeado segundo os atores econômicos centrais do sistema mundial de determinado período (Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos), levando em conta os estratagemas e organizações estatais e empresariais dos sucessivos ciclos: genovês, holandês, britânico e estadunidense. Ademais, nas diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo mundial, o autor busca comparar as estruturas e processos desse sistema político-econômico.

Cada ciclo econômico organiza-se, sistematicamente, em fases distintas e sucessivas podendo ser identificadas como: expansão material, expansão financeira, crise sinalizadora e crise terminal. A fase correspondente à expansão material da economia caracteriza-se pela escalada crescente de investimentos na produção de bens e na sua circulação, a etapa seguinte revela-se pela acentuada concorrência entre os agentes empresariais, com uma notável intensificação das pressões competitivas associada à queda gradual das taxas de lucro. Prontamente, o terreno produtivo deixa de ser considerado o lócus de predileção da reprodução do valor, gerando um excedente de capital-dinheiro e disponibilizando-o para a economia-mundo capitalista. Como resultado, sobrevém uma vigorosa expansão financeira alimentada, impreterivelmente, por um ambiente de incertezas com exacerbada competição entre os agentes econômicos que oportuniza a manifestação de conflitos, tanto no âmbito interno quanto externo dos estados nacionais, motivando um aumento expressivo da demanda de recursos por parte dos governos para custear gastos militares. Progressivamente, os interesses econômicos da alta finança se sobrepõe aos do Estado a ponto de efetivamente subjugar-lo. Com a escalada da atividade especulativa abre-se o caminho para a última fase que fatalmente promove a dissolução econômica e desmoronamento da ordenação política do estado hegemônico (ARRIGHI, 2012, pp. 218-224). Apesar de ser possível identificar um

² Uma abordagem sobre hegemonia, capitalismo e territorialismo, além dos assuntos pertinentes às origens, estrutura e evolução do moderno sistema interestatal, ver Arrighi, (2012, pp. 27-75).



relativo padrão nas dinâmicas das fases entre os diferentes ciclos sistêmicos de acumulação, é preciso considerar que não se trata de uma mera repetição, pois todo ciclo que nasce suplanta o anterior tanto em escala como em alcance, em conformidade com a evolução engendrada na transição de um ciclo hegemônico para outro³.

Portanto, sob o ponto de vista arrighiano, é possível interpretar que o atual estágio de acumulação capitalista mundializada associado a uma notável expansão das atividades financeiras, não se configura numa etapa com características completamente singulares do capitalismo hodierno, ao contrário, essa preponderância da reprodução do capital na esfera financeira é um aspecto recorrente na dinâmica histórica do sistema capitalista mundial e que, para Arrighi, é um sinal de deterioração do antigo regime de acumulação e a manifestação simultânea de um novo está sendo gestado.

Para uma melhor compreensão da dinâmica capitalista corrente é relevante recuperar as circunstâncias que a gestaram. Para tanto, cumpre recapitular que a vitalidade da expansão econômica iniciada no pós-guerra chegou em 1969-1973 com sinais evidentes de esgotamento⁴. Nessa conjuntura, de acordo com a interpretação de Arrighi, pode-se identificar que a fase de expansão material do ciclo sistêmico sob hegemonia estadunidense havia encontrado seu limite, indicando a manifestação da crise sinalizadora que dava início a uma fase de expansão financeira. De fato, a economia capitalista estava sendo inundada pelo excesso de fundos ao mesmo tempo que encolhia o interesse em investimentos voltados para áreas produtivas. Com os ganhos decrescentes, as corporações se viram obrigadas adotarem estratégias que diminuíssem seus custos totais e acelerassem o tempo de giro do capital. Para tanto, testemunhou-se a ocorrência da intensificação dos processos de inovações tecnológicas por parte dos agentes

³ Sobre a dinâmica interna dos ciclos sistêmicos de acumulação ver Arrighi (2021, pp. 225-245). O autor esclarece que embora as diferentes fases (nova hegemonia, expansão material, pressão competitiva, expansão financeira, crise financeira, crise hegemônica, colapso hegemônico e nova hegemonia) se apresentam de maneira análoga em cada ciclo, de modo algum sucede a repetição do ocorrido em ciclos anteriores, no que se refere aos processos produtivos, atores envolvidos, conformação das instituições e intensidades das dinâmicas.

⁴ Harvey (2004, pp. 121-134) discorre sobre os pilares que constituíram o sistema de acumulação capitalista assentado num modelo fordista de produção adotado pelas grandes corporações empresariais associado ao paradigma keynesiano assumido pelos estados nacionais. Assim, a prosperidade econômica alcançada pelos países capitalistas avançados entre 1945 e 1973, estava assentada num modelo de acumulação rígido alcunhado de fordista keynesiano, em referência à essência de práticas de controle do trabalho, tecnologias, padrão de consumo e composições de poder.



empresariais, da realocação de plantas industriais para os locais com custos menores de mão-de-obra ou outras vantagens competitivas, e de práticas de fusões e aquisições (F&A).

Esse processo orquestrado pelos comandantes da economia capitalista mundializada desencadeou uma reestruturação das esferas econômica, política e social. Conjuntamente, verificou-se a ascensão do pensamento neoliberal⁵, no sentido de validar o novo modelo de acumulação orientado para incentivar uma maior *flexibilização* dos processos de produção, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. O conceito de flexibilização aqui empregado é atribuído por Harvey (2004) e se refere a um novo arranjo arquitetado no alto comando do capitalismo mundial para favorecer a livre circulação do capital nos diferentes espaços. Isso ocorre com o propósito de reduzir os custos e dilatar seus ganhos, buscando fazer oposição a qualquer tipo de controle instituído pela ação dos Estados. Adicionalmente, as novas diretrizes impulsionaram a inovação comercial, tecnológica e organizacional, com a emergência da demanda por novos serviços financeiros, novos setores produtivos e novos mercados⁶.

Esse novo contexto pôs em marcha a completa reorganização da economia mundial, ampliando e aprofundando o papel das altas finanças, como resultado, operou-se uma maior integração do capital industrial e mercantil às estruturas do setor financeiro a tal ponto de sobrepôr os interesses desses últimos às atividades industriais e comerciais⁷.

Com efeito, o sistema de acumulação sob o novo paradigma promoveu de maneira espetacular a transferência de renda para os proprietários de títulos, num contexto de extraordinária valorização do mercado bursátil acompanhado pela eclosão da busca por rendimento e mais-valia financeira. Desse modo, a concentração da renda foi acentuada, recuperando para o capitalismo contemporâneo um apanágio observado em tempos

⁵ Ver Harvey (2008, p. 29-33) para saber sobre os fundamentos do pensamento neoliberal e sua ascensão, na década de 1970, associado à necessidade dos governos e agentes empresariais em lidar com a crise do sistema de acumulação capitalista e com as instabilidades políticas e sociais.

⁶ Em Harvey (2004, pp.135-140), é tratado sobre os indícios do esvaziamento da eficácia do regime de acumulação assentado na rigidez do modelo fordista-keynesiano e as transformações na dinâmica do capitalismo mundial voltadas para um modelo de acumulação flexível.

⁷ Harvey (2004, pp. 152-154) discorre sobre a reconfiguração do sistema financeiro mundial como fator substancial para o êxito da acumulação flexível. Ver também Harvey (2004, pp. 154-162), para saber mais a respeito das origens e desdobramentos dos fenômenos que mudaram o equilíbrio de forças atuantes na acumulação capitalista internacional com a crescente predominância do capital financeiro a partir do início dos anos 1970.



pretéritos (DUMÉNIL e LÉVY, 2003, p. 23-25). Vale sublinhar que essa recente ampliação das atividades no campo financeiro, produzindo um consequente aumento na desigualdade dos rendimentos, corresponde a fase de expansão financeira contemplada por Arrighi (2012) no ciclo sistêmico de acumulação.

Antes de encerrar essa seção é preciso explicitar que a primazia recente do campo financeiro internacionalizado, aqui tratada, tem como lugar de origem e base principal os países capitalistas avançados sob a liderança dos Estados Unidos. Ademais, através de uma orquestração de alcance global capitaneada pelos Estados Unidos, G7, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, os atuais mecanismos de comando do capitalismo mundial impõem aos governos e seus bancos centrais a implementação de reformas institucionais, além de uma ampla liberalização e desregulamentação da economia, envolvendo o investimento externo direto (IED) e o comércio internacional, o que torna a adesão dos países praticamente obrigatória na medida em que reduz a margem de escolhas das formas de inserção no jogo do mercado mundial (CHESNAIS, 2003, p. 45-52).

2- A conjuntura econômica e a performance da agroindústria canavieira paulista (2000-2010)

O tópico anterior discorreu sobre o percurso histórico da dinâmica capitalista e sua manifestação recente que resultou na emergência de uma nova realidade global no campo político, econômico e social a partir dos anos 2000. Diante do novo cenário balizado pelo arranjo do capitalismo mundializado, busca-se analisar, nessa seção, a performance da agroindústria canavieira paulista como corolário de um concerto de políticas nacionais que articularam a reinserção do país na divisão internacional do trabalho no período abarca esse estudo. Dito isso, cumpre esclarecer que o setor agroindustrial canavieiro nacional havia atravessado por um intenso processo de desregulamentação governamental ao longo da década de 1990, culminando com a liberalização dos preços de seus principais produtos (cana, açúcar e álcool), desencadeando um importante movimento de reestruturação no interior dessa agroindústria (MACEDO, 2011, p. 23).



É preciso deixar claro que a desregulamentação setorial em questão se relaciona com a adesão do Estado brasileiro aos princípios do neoliberalismo, notadamente pela implementação de reformas tributárias, do controle rigoroso dos gastos públicos, a fim de garantir um ambiente macroeconômico com estabilidade monetária (priorizando o combate da inflação), além de estabelecer regras jurídicas claras para que o poder governamental se limitasse à atividade reguladora (BACCARIN, 2005, p. 146-147).

Para compreender a composição da política econômica nacional dos anos 2000, é oportuno memorar que no final de 1998, conforme analisa Guilherme Delgado (2010, p.113), uma crise de liquidez internacional abalou seriamente a economia brasileira, deflagrando uma fuga de capitais de tamanha gravidade que obrigou o governo brasileiro a mudar o regime cambial vigente, alterando a direção da política de ajuste externo. Com a crise cambial de 1999, o déficit da Balança de Pagamentos se agravou, registrando acentuada perda de reservas em moeda estrangeira. Mediante essa situação era premente que o Brasil gerasse um saldo comercial positivo nas suas transações com o exterior, e a opção aparentemente mais fácil, naquele momento, seria buscar uma solução que decorresse do bom desempenho dos setores primários exportadores, repetindo um modelo praticado anteriormente na crise da dívida de 1982. Para alcançar tal propósito, a política de comércio exterior, no 2º governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), passou a perseguir a obtenção de saldos positivos nas transações comerciais externas a todo custo, tendo como desígnio imediato cobrir o déficit da conta corrente.

Assim, o Brasil ingressou no século XXI favorecendo amplamente as atividades relacionadas ao agronegócio dentro da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Destaca-se que, para o autor, o termo agronegócio, no caso brasileiro, configura uma aliança entre o grande capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária, que opera num arranjo econômico de capital financeiro, almejando o lucro e a renda da terra, com o apoio do Estado (DELGADO, 2010, p. 113). Nesse sentido, o conceito de agronegócio revela-se numa dinâmica de coordenação estabelecida entre o grande capital agroindustrial, o capital financeiro e a propriedade fundiária levando em consideração as relações sociais envolvidas nesse processo. É pertinente levar em consideração que o Estado desempenha um papel fundamental como regulador e facilitador dessa aliança, viabilizando a estratégia do capital financeiro na captura dos



excedentes econômicos através de financiamentos e do mercado de terras. Cabe aqui ressaltar o peso histórico do poder de influência dos latifundiários nas esferas deliberativas do Estado, que tende a ser, no mínimo, condescendente com as apropriações de terras públicas devolutas e com a concentração da propriedade fundiária.

Voltando a atenção para o curso da política econômica do país, constata-se que as formas como foram geridos os impactos das crises de 1982 e 1999 na economia nacional, demandaram uma intensa participação do setor agrícola. Colocando o setor agroexportador numa posição crucial para gerar saldos positivos na balança comercial do país como forma superar os desequilíbrios nas transações com o exterior. A crise cambial de 1999, em particular, suscitou a estratégia para fomentar o agronegócio ainda no início do 2º governo FHC, contudo, foi reforçada e aprofundada no 1º governo Lula (DELGADO, 2010, p. 114). Como resultado, as exportações brasileiras quadruplicaram seus valores num intervalo de dez anos. Desse modo, o valor médio anual das exportações de 50,0 bilhões de dólares no período 1995/99 cresceu para cerca de 200,0 bilhões no final da década de 2000, mas é paradigmático o fato de que o grande campeão desse avanço foi a categoria dos produtos básicos, que saltou de uma parcela de 25% da pauta de exportações para 45% em 2010.

Não se deve desprezar o fato de que a opção primário exportadora, como solução para a crise cambial de 1999, encontrou um quadro favorável alavancado pelo *boom* das *commodities* no mercado mundial. Esse cenário, pode ser explicado, em larga medida, pela aceleração do crescimento chinês, a partir dos anos 2000, impactando diretamente sobre a demanda de produtos agrícolas e minerais exportados pela América do Sul. Dessa forma, a pujante escalada da demanda chinesa por *commodities* contribuiu decisivamente para reconfigurar o padrão da inserção nacional e dos demais países da região no comércio mundial, proporcionando resultados mais positivos quando comparado com os anos 1990. O fato é que, num primeiro momento, o Brasil e os países sul-americanos, foram beneficiados pelo efeito China na economia mundial, com a elevação dos preços das *commodities*, obtendo efeitos vantajosos na balança comercial. Contudo, é necessário ter em conta que, numa perspectiva de longo prazo, as implicações do desenvolvimento chinês e do padrão de inserção externa adotado pelo Brasil e por outros países vizinhos manifestam-se de forma complexa e contraditória. É oportuno mencionar que, no caso



específico do Brasil, um dos aspectos problemáticos da crescente participação chinesa no comércio internacional é a conseqüente redução do espaço das exportações dos produtos industrializados brasileiros na América Latina e nos Estados Unidos, além do desvio do comércio entre os integrantes do Mercosul, prejudicando a complementação produtiva, com prejuízos para o país (BARBOSA, 2011, pp. 275-289).

Para uma interpretação dos impactos decorrentes das relações econômicas e políticas entre Brasil e China, é relevante reproduzir as considerações de Acioly, Costa Pinto e Cintra (2011):

A ampliação das relações comerciais, financeiras – especialmente IDE – e produtivas entre China e Brasil vem se configurando em um momento de significativas transformações internacionais – mudanças na divisão internacional do trabalho, nos fluxos comerciais e financeiros e nas arenas políticas internacionais –, que alteram o status de determinados Estados nacionais na hierarquia do sistema mundial, com o retorno ou a emergência de atores nos espaços de disputa econômica e política global, tais como o Brasil, a Rússia, a Índia e, notadamente, a China.

Na verdade, boa parte dessas modificações decorre da ascensão chinesa em um contexto marcado pela elevada concentração do poder – econômico e político – dos Estados Unidos.

A ampliação das relações econômicas e políticas entre Brasil e China está se configurando em um cenário contraditório a partir de uma totalidade fortemente complexa. Essa dinâmica traz consigo oportunidades para o Brasil no curto e médio prazo, mas que, se não forem bem aproveitadas, poderão representar ameaças, sobretudo no longo prazo, como a perda de participação das exportações brasileiras em terceiros mercados para a China, desadensamento da estrutura produtiva nacional e perda do controle estratégico sobre fontes de energia (petróleo) e de recursos naturais (terras e minas), além do aumento da vulnerabilidade externa estrutural. Não são poucos os desafios que estão postos para a construção de uma relação de benefício mútuo entre o Brasil e a China (ACIOLY, COSTA PINTO, CINTRA, 2011, p. 344).

Para se ter uma ideia, em 2010, a demanda chinesa sobre nossas exportações havia alcançado um percentual de 15%, enquanto nossas exportações para os Estados Unidos diminuíram para menos de 10% do total, um resultado que reflete as alterações sucedidas na geopolítica mundial (GIAMBIAGI, 2011, p. 225-227). Assim, na composição da pauta das exportações brasileiras durante a década de 2000, destacam-se os seguintes produtos: soja, milho, açúcar, álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que somados



aos minérios apresentaram forte crescimento, dominando os itens de produtos exportados pelo país entre 2000 e 2010 (DELGADO, 2010, p. 114).

Com relação aos bens produzidos, especificamente, pela agroindústria canavieira nacional, o cenário externo foi favorável ao estimular tanto a exportação do açúcar como do álcool.

A demanda externa por álcool combustível ganhou vigor a partir de 2000. Fábio Giambiagi descreve que:

No que se refere aos biocombustíveis, eles se tornaram muito relevantes no debate mundial na década de 2000, devido à combinação de três fenômenos. Um, o repique dos preços do petróleo na década, flertando frequentemente com o nível de US\$ 100, em claro contraste com os níveis baixos de preço que perduraram durante muitos anos, o que estimulou a procura de fontes alternativas. Dois, a crescente percepção de que o mundo padecia de um “risco ambiental” associado a uma civilização excessivamente poluente. E três, a preocupação, exacerbada após os atentados terroristas de 2001 nos EUA e a intervenção norte-americana na Guerra do Iraque, com o fato de que os grandes produtores de petróleo se encontravam em países vistos, sob a ótica das potências ocidentais, como problemáticos (GIAMBIAGI, 2011, p. 227).

Como resultado do aumento dos preços do petróleo somado a questões ambientais⁸, alguns países⁹ adotaram como regra a adição do álcool à gasolina, o que acarretou um grande impulso às exportações brasileiras de álcool. Esse avanço, pode ser constatado pelo salto que ocorreu nas vendas externas do produto, quando se compara os resultados dos anos 2000 e 2007, observa-se que o primeiro período registrou um volume de 227,26 milhões de litros, enquanto o segundo, o volume alcançado foi bem superior,

⁸ A autora Laura Maria Regina Tetti (2002, p. 199-212) pondera sobre o Protocolo de Kyoto e a sua relação com o setor agroindustrial canavieiro nacional. Com o objetivo explícito de mitigar a emissão de gases responsáveis por causar o efeito estufa, foi aprovada no Japão em 1997 uma proposta concreta para o início do processo de estabilização das emissões de gases do efeito estufa

⁹ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, *O Etanol como um Novo Combustível Universal: Análise Estatística e Projeção do Consumo Doméstico e Exportação do Etanol Brasileiro no Período 2006 a 2011*, Brasília, 2008, pp. 25-31. Esse texto se refere aos países que introduziram o álcool combustível nas suas respectivas matrizes energéticas e as suas diferentes motivações (ambiental, econômica e estratégica).



atingindo a cifra de 3.532,67 milhões de litros, um crescimento pronunciado, da ordem de 1.454,46%¹⁰.

Contudo, não se deve ignorar que o mercado interno contribuiu sobremaneira para um aumento expressivo da demanda pelo álcool combustível, impulsionado pelo lançamento no Brasil, em 2003, dos veículos *flex-fuel* (automóveis que poderiam ser abastecidos com álcool e/ou gasolina)¹¹. Em 2010, a produção nacional de veículos *flex* registrou uma participação de 80,1% em relação ao total (ANFAVEA, 2014, p.62), com efeito, o consumo nacional de álcool combustível atingiu um volume de 23,2 bilhões de litros em 2010, sendo que desse total quase 70% era álcool hidratado, concorrente direto da gasolina (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA AGROENERGIA, 2013, p. 52).

Em paralelo, testemunhou-se a evolução do mercado externo de açúcar que contou com o câmbio favorável às exportações brasileiras entre 2001 e 2004 (BACCARIN, GEBARA, FACTORE, 2009, p. 1). Já em 2006, os preços internacionais do produto ultrapassaram os US\$300,00/t¹². Nesse passo, o volume das exportações brasileiras de açúcar que já vinha num movimento crescente atingiu um número excepcional de 28 milhões de toneladas em 2010¹³.

Importa considerar que o aumento das nossas exportações de açúcar somado ao fomento da demanda alcooleira (interna e externa), exigiu do setor nacional uma resposta

¹⁰ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, *O Etanol como um Novo Combustível Universal: Análise Estatística e Projeção do Consumo Doméstico e Exportação do Etanol Brasileiro no Período 2006 a 2011*, Brasília, 2008, p.29.

¹¹ De acordo com a Conab (2008, pp.5-6), o lançamento dos veículos bicomcombustíveis foi, em parte, o resultado da preocupação de preservar o álcool como um combustível alternativo para os consumidores brasileiros, fazendo com que o governo e o setor produtivo buscassem alternativas para além das eventuais políticas de recuperação do prestígio dos veículos movidos a álcool, considerando a enorme desconfiança do consumidor desse combustível face à experiência negativa do passado (risco de descasamento entre as necessidades de consumo e a capacidade de produção). A saída encontrada pelos agentes públicos e privados envolvidos na discussão foi patrocinar o lançamento do veículo tipo *flex-fuel*. Para tanto, os técnicos oficiais das áreas afins da gestão da política alcooleira argumentaram junto a área fazendária do governo federal que era necessário fazer uma taxaçoão federal do novo tipo de veículo menor que de seus congêneres movidos a gasolina. Desse modo o consenso obtido levou a que o decreto federal regulamentando a matéria fosse publicado em julho de 2002 e, em março de 2003, foi feito o lançamento comercial do primeiro veículo dessa classe.

¹² MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. (2007, p.60).

¹³ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, macroeconômico, comércio exterior, séries históricas, exportações de açúcar, através do site: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>



à altura que implicava necessariamente numa expansão considerável da sua capacidade produtiva.

Tabela 1 - Quantidade de cana moída, produção de açúcar e álcool total (hidratado e anidro) no estado de São Paulo, no Centro-Sul e no Brasil (safra 2000/01 – 2010/11)

Safr	São Paulo			Centro-Sul			Brasil		
	Cana (mil t)	Açúcar (mil t)	Álcool (mil m ³)	Cana (mil t)	Açúcar (mil t)	Álcool (mil m ³)	Cana (mil t)	Açúcar (mil t)	Álcool (mil m ³)
2000/01 (1)	146.970	9.542	6.379	205.203	12.466	8.990	254.922	16.020	10.517
2001/02 (1)	176.012	12.145	7.078	243.505	15.748	10.108	292.329	18.994	11.468
2002/03 (1)	190.505	14.246	7.706	265.878	18.592	11.014	316.122	22.381	12.485
2003/04 (1)	206.514	15.215	8.751	297.121	20.452	12.916	357.111	24.944	14.640
2004/05 (1)	225.188	16.382	8.958	324.054	22.096	13.382	381.447	26.632	15.208
2005/06 (1)	241.223	17.189	10.002	334.137	22.406	14.299	382.482	26.214	15.808
2006/07 (1)	265.379	20.265	11.060	373.913	26.543	16.161	427.520	30.630	17.910
2007/08 (2)	297.136	19.429	13.351	431.233	26.472	20.253	495.843	31.298	22.446
2008/09 (2)	352.278	20.195	16.904	508.639	27.207	25.270	572.738	31.507	27.681
2009/10 (2)	362.645	20.815	14.919	541.200	28.639	23.674	601.431	32.950	25.679
2010/11(2)	361.170	23.507	15.422	560.484	33.564	25.569	623.948	38.069	27.561

Fonte: (1) Elaborado a partir de Balanço Nacional da Cana de Açúcar e Agroenergia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)¹⁴.

(2) Elaborado a partir do Anuário Estatístico da Agroenergia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)¹⁵.

O fato é que o avanço da produção brasileira da cana de açúcar foi primordial para sustentar essa expansão. De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e compilados na Tabela 1, na safra 2010/11, o estado de São Paulo processou 145,7% de cana a mais quando comparada com 2000/01, no mesmo período, a região Centro-Sul registrou um crescimento de 173,1%, enquanto o aumento da produção nacional foi da ordem de 144,8%. Os números indicam que a expansão foi maior na região Centro-Sul, não obstante o setor paulista processou 57,9% do total da cana esmagada na safra de 2010/11.

¹⁴ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA (2007, p. 41-49).

¹⁵ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA (2014, p. 93-96).



Não é de se admirar que esse gênero agrícola se destacou como o principal produto da agropecuária paulista. Assim, em 2010, a participação da cana no valor total da produção florestal e agropecuária do estado chegou a representar 43,6% e no ano seguinte atingiu os 44,3% (TSUNECHIRO ET AL, 2012, p. 5).

Outro reflexo do avanço da produção canavieira em São Paulo, foi a evolução da área em hectares (ha) de cana colhida. Entre os anos 2000 e 2009, conforme o Ipea¹⁶, a área colhida com cana no estado saltou de 2,48 milhões de hectares para 4,78 milhões, um crescimento de 92,7% em nove anos. Com relação à participação de São Paulo na área nacional colhida com cana, verificou-se um ligeiro aumento, entre 2000 e 2009, passando de 51,7% para 55,4%, respectivamente.

No que tange ao volume da produção alcooleira nacional, entre as safras 2000/01 e 2010/11, registrou-se um crescimento da produção total de álcool (anidro e hidratado) em São Paulo, no Centro-Sul e no Brasil da ordem de 141,8%, 184,4% e 162,1%, respectivamente, conforme os valores apresentados na Tabela 1. Tais índices apontam que apesar do aumento registrado no estado de São Paulo ter sido o menor das três regiões, a produção paulista representou cerca de 56,0% do álcool nacional em 2010/11.

Em relação à produção de açúcar, os números arrolados na Tabela 1, da safra 2000/01 e 2010/11, indicam um crescimento de 146,4% no estado de São Paulo, enquanto no Centro-Sul esse aumento foi maior (169,2%), já o percentual de elevação da produção nacional foi o menor entre as três regiões e girou em torno de 137,6%. Contudo, na última safra do período (2010/11), a produção paulista de açúcar liderou o ranque nacional respondendo isoladamente por 61,7% da produção brasileira.

Se por um lado, o desempenho dessa agroindústria em São Paulo, acima demonstrado, encontra explicação no fato de que esse estado agregava as condições necessárias para cumprir com êxito a expansão da sua capacidade produtiva, fundamentalmente pelo avanço da produção canavieira em novas regiões do estado (OLIVETTE et al, 2011, pp. 47-50)¹⁷. Por outro, essa expansão se concretizou na medida

¹⁶ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, regional, temas, agropecuária, área colhida cana de açúcar (ha) que pode ser consultado através do site: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>.

¹⁷ Para os autores, o estado de São Paulo reúne as condições ambientais e climáticas favoráveis ao cultivo da cana e ao grau de concentração de sacarose; outro fator que contribui é a dinâmica organizacional e tecnológica que envolve a produção agrícola e industrial do estado. Nesse



em que os grupos empresariais do setor associados a um concerto governamental, foram capazes reorientar as suas estratégias em consonância com os interesses vigentes do regime de acumulação mundial, cujos mecanismos serão averiguados de forma sintética no próximo tópico.

3- Considerações Finais

A partir dos dados arrolados e das perspectivas teóricas supramencionadas, é plausível deduzir que a acentuada expansão produtiva da agroindústria canavieira paulista, entre 2000 e 2010, se enquadra no rearranjo ocorrido na agricultura capitalista, engendrado pela remodelação da política econômica brasileira voltada para gerar saldos positivos no comércio com o exterior, num período marcado pela intensificação da demanda chinesa, sobretudo por produtos primários. Cumpre ressaltar que essa expansão produtiva ocorreu vinculada às estruturas mercantis do início do sec. XXI circunscritas na lógica da acumulação mundializada, com atuação considerável do domínio das finanças.

Nesse passo, pode-se vislumbrar que as ações estratégicas das empresas do setor sucroenergético se estruturaram e expandiram condicionadas pelas políticas econômicas promovidas internamente pelo governo, atreladas aos interesses dos capitais comandantes da economia mundial com notável intensificação das atividades financeiras. Dentre as ações mais relevantes, destaca-se a expressiva captação de recursos pelos grupos empresariais do setor, provenientes das abundantes linhas de créditos governamentais ofertadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), privilegiando as empresas em melhores condições de se expandirem, beneficiando a ampliação de seus capitais. Desse modo, a atuação do BNDES acabou favorecendo alguns grupos empresariais que se constituíram em um negócio atrativo para investidores, inclusive estrangeiros, fato que contribuiu para aumentar a concentração de capitais

contexto, não surpreende que 92% das novas áreas de produção e das novas usinas estão sendo instaladas no estado de São Paulo e em regiões dos estados vizinhos como Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, além de Goiás.

Em 2000 a área plantada nas regiões tradicionais (Piracicaba, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Limeira, Jaú, Catanduva e Araraquara) era equivalente a cerca de 48% do total plantado em todo o estado, em 2009 esse percentual caiu para 32%. A dinâmica de expansão das lavouras paulistas de cana-de-açúcar encontra espaço fundamentalmente na região oeste do estado.



nessas empresas. Associado a isso, testemunhou-se a abertura de capitais de algumas empresas dessa agroindústria através do lançamento público de ações na Bolsa de Valores (PITTA, 2016, p. 122), verificou-se também uma intensificação dos processos de fusões e aquisições (F&A) (BACCARIN, GEBARA, FACTORE, 2009, p. 7), além de um crescente aumento da presença do capital estrangeiro no setor (GUEDES, GIANOTTI, 2009, pp. 56-59).

Notadamente, os recursos provenientes do BNDES ocuparam um papel central na expansão recente do setor. Para se ter uma ideia, nos oito anos do governo Lula, a soma do valor desembolsado pelo banco aos usineiros alcançou um total de R\$ 28,2 bilhões. Apenas em 2010, foram R\$ 7,4 bilhões, um valor superior ao que foi destinado para a indústria do papel, celulose e extrativista juntas¹⁸.

Quando se considera a participação do estado de São Paulo no volume de desembolsos distribuídos pelo BNDES para o setor agroindustrial canavieiro, é significativo o fato de que, entre 2001 e 2008, o estado recebeu isoladamente 65,7% do total, sendo que os 34,3% restantes foram distribuídos para as demais unidades federativas, com destaque para os seguintes estados: Goiás (10,5%), Paraná (7,9%), Minas Gerais (7,2%) e Mato Grosso do Sul (4,8%) (BORGES, COSTA, 2011, p. 83).

Como foi mencionado acima, os fartos recursos do BNDES favoreceram alguns grupos, tornando-os mais aptos a captar financiamentos no mercado de capitais em bolsas de valores, abrindo espaço para a participação de instituições e investidores financeiros (fundos de investimentos, fundos de pensão, sociedades de seguros, entre outros) na composição acionária. Uma das consequências críticas desse fato é a interferência na condução das decisões e estratégias das companhias, privilegiando os interesses financeiros através de medidas que valorizem os ativos da companhia no mercado acionário (SANTOS, 2018, p. 125).

No que tange à incidência de fusões e aquisições (F&A), entre 2000 e 2007, ocorreu um total de 80 F&A (média anual de 10) no setor sucroenergético do Centro-Sul como um todo, enquanto entre os anos 1996 e 1999 registrou-se apenas 7 F&A (média anual abaixo de 2). Com a expansão produtiva setorial e a intensificação das F&A

¹⁸ Reportagem de Venceslau Borlina Filho, em: Revista IHU on-line, 26 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40982na-era-lula-usineiros-receberam-mais-de-r-28-bi-do-bndes>>.



verificaram-se mudanças significativas na conformação dos grupos empresariais (BACCARIN, GEBARA, FACTORE, 2009, p. 7).

A fusão da Cosan com a petrolífera anglo-holandesa, Shell, que formou a empresa Raízen S/A em 2008, é paradigmática para representar o processo de concentração de capitais no setor. Vale destacar que um dos principais objetivos deste tipo de associação visava ampliar o acesso de novos capitais a crédito (PITTA, XAVIER, NAVARRO, MENDONÇA, 2014, p. 11).

Concomitantemente, os capitais estrangeiros afluíram para o setor, a princípio, atraídos pelas possibilidades de ganhos com a perspectiva promissora do aumento da demanda alcooleira em diversos países. É ilustrativo que, entre 1999 e 2007, registrou-se uma média anual de U\$899 milhões referente à entrada direta de capital estrangeiro no setor nacional. Chama a atenção que do total dessa cifra o setor sucroenergético paulista foi o que recebeu o maior volume de investimentos. A presença de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na agroindústria canavieira do país contribuiu de forma decisiva para o movimento de internacionalização do setor. Contudo, é de se considerar que essa situação traz como consequência a desnacionalização dos ativos patrimoniais das usinas, inclusive a terra (GUEDES, GIANOTTI, 2009, p. 56-59).

A manifestação da crise financeira de 2008 resultou, como um dos efeitos, o aumento da participação do capital externo na atividade dessa agroindústria nacional. Convém reportar que nos anos anteriores à 2008, uma boa parcela das usinas obtinha ganhos com a tomada de empréstimos em dólar no exterior a juros mais vantajosos que os nacionais. Enquanto o dólar permaneceu desvalorizado em relação ao real, os empresários do setor lucravam com a mera especulação de derivativos cambiais (MENDONÇA, PITTA, XAVIER, 2012, p. 4). A abrupta valorização do dólar em 2008 pegou de surpresa as empresas que especulavam com derivativos. Essas passaram a enfrentar sérios prejuízos financeiros (PITTA, XAVIER, NAVARRO, MENDONÇA, 2014, p. 14).

Não é por acaso que o investimento estrangeiro no setor se intensificou posteriormente a crise mundial de 2008. Segundo a reportagem do jornal O Globo¹⁹, os

¹⁹ Reportagem, *Estrangeiros são a nova geração de usineiros*, em: O Globo, economia, Ribeirão Preto, 30 abr. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>>.



estrangeiros foram atraídos a investir no setor pela oportunidade em adquirir empresas que passavam por dificuldades financeiras. Somente nos quatro anos anteriores a 2013, 42 usinas de açúcar e álcool tiveram que fechar suas portas, sendo que muitas foram adquiridas pelo capital vindo de fora.

Nessa mesma reportagem é relatado que em 2012 as companhias estrangeiras foram responsáveis por 33% da produção brasileira de açúcar e etanol. No ano de 2010, essa participação girou em torno de 12%. E quando o processo de internacionalização dava seus primeiros passos, em 2006, os estrangeiros responderam por apenas 3% da produção nacional.

Ademais, é expressivo que quase 60% das principais operações de F&A, entre 2008 e 2011, ocorreram com a participação de grupos internacionais de diversas origens (europeia, estadunidense, chinesa e indiana) (MACÊDO, 2011, p. 60).

Cabe ainda ponderar que a forma pela qual se processou o aumento do capital estrangeiro na agroindústria canavieira nacional foi desenhada pela aliança entre setores tradicionais do agronegócio com empresas petrolíferas, automotivas, de biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento. Assim, tais empresas se associaram à oligarquia agrária, que por sua vez se beneficiou da expansão do capital no campo e do abandono de um projeto de reforma agrária (PITTA, XAVIER, NAVARRO, MENDONÇA, 2014, p. 12).

Para finalizar, mediante as informações apresentadas nas linhas acima, uma leitura possível é que o padrão da adesão do Estado brasileiro à economia-mundo capitalista assentado numa racionalidade neoliberal com predominância financeira, promoveu a inserção do país numa nova diretriz da divisão internacional do trabalho, notadamente a partir de 2000. Assim, por meio da instrumentalização de organismos governamentais no âmbito nacional, algumas atividades dos setores primários exportadores foram beneficiadas na medida em que correspondiam às demandas do comércio internacional mundializado, claramente dinamizadas pelo fator China. Portanto é dentro desse quadro que a agroindústria canavieira paulista, no período circunscrito nesse texto, foi capaz de realizar um avanço pujante da produção de cana, açúcar e álcool, mantendo a expressiva concentração produtiva desse setor nacional no estado de São Paulo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. “China e Brasil: oportunidades e desafios”. LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. (Orgs). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, pp. 307-350, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ANFAVEA). *Anuário da Indústria Automobilística Brasileira*. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 2014. Disponível em <http://www.virapagina.com.br/anfavea2014>. Acesso em 18 junho 2018.

BACCARIN, José Giacomo. A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil. 2005. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.

BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge; FACTORE, Cíntia Oliva. Concentração e Integração Vertical do Setor Sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil, entre 2000 e 2007. *Revista Informações Econômicas*. São Paulo, v.39, n.3, p. 17-28, 2009. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2009/tec2-0309.pdf>. Acesso em 20 abril 2018.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. “China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho”. LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. (Orgs.). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, pp. 269-305, 2011.

BORGES, Ana Claudia Giannini; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. Distribuição dos desembolsos do BNDES no setor sucroenergético no Brasil. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica*. Rio Claro-SP, v.9, n.2, pp. 73-88, 2011. Disponível em <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/issue/view/906>. Acesso em 10 maio 2019.

BORLINA FILHO, Venceslau. Na era Lula, usineiros receberam mais de R\$ 28 bi do BNDES. *Revista do Instituto Humanitas Unisino on-line*. São Leopoldo-RS, 2011. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40982na-era-lula-usineiros-receberam-mais-de-r-28-bi-do-bndes>. Acesso em 13 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Anuário Estatístico da Agroenergia 2007*. Brasília: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2007. Disponível em



<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/balanco-nacional-da-cana-de-acucar-e-agroenergia-2007>. Acesso em 10 março 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Anuário Estatístico da Agroenergia 2012*. Brasília: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2013. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/anuario-estatistico-da-agroenergia/anuario-estatistico-da-agroenergia-2012.pdf/view>. Acesso em 19 março 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Anuário Estatístico da Agroenergia 2014*. Brasília: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2014. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/pasta-anuario-estatistico-da-agroenergia/anuario-estatistico-da-agroenergia-2014.pdf>. Acesso em 28 março 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). *O Etanol como um Novo Combustível Universal: Análise Estatística e Projeção do Consumo Doméstico e Exportação do Etanol Brasileiro no Período 2006 a 2011*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2008. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/arquivos-etanol-como-um-novo-combustivel-universal-conab/o-etanol-como-um-novo-combustivel-universal-conab.pdf>. Acesso em 25 junho 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Ipeadata*. Brasília: Ministério da Economia, 2018. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 27 março 2018.

CHESNAIS, François. “A Nova Economia: Uma Conjuntura Própria à Potência Econômica Estadunidense”. CHESNAIS, François et al (Orgs.). *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã Editora, 2003, pp. 43-70.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*. Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 111-125, 2010. Disponível em http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/revista_dd_1.pdf. Acesso em 20 jan. 2020.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. “Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo”. CHESNAIS, François et al (Orgs.). *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã Editora, 2003, pp. 18-26.

GIAMBIAGI, Fábio. “Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2010)”. GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Elsevier, pp. 197-237, 2011.



GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; GIANOTTI, Lucas Eduardo. A presença recente e algumas consequências do investimento estrangeiro direto (IED) na agroindústria canavieira brasileira. *Informações Econômicas*. São Paulo, v.39, n.5, p. 51-61, 2009. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=10487>. Acesso em 28 fevereiro 2018.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Loyola, 2008

MACÊDO, Fernando dos Santos. A reestruturação do Setor Sucroenergético no Brasil Uma Análise do Período entre 2005 e 2011. Dissertação de Mestrado. Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

MENDONÇA, Maria Luisa; PITTA, Fábio Teixeira; XAVIER, Carlos Vinicius. A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial. *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, 2012. Disponível em <https://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>. Acesso em 12 maio 2019.

O Globo. Economia: Estrangeiros são a nova geração de usineiros. 30 de abril de 2013. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>. Acesso em 14 maio 2019.

OLIVETTE, Mario Pires de Almeida et al. Evolução e Prospecção da Agricultura Paulista: Liberação da Área de Pastagem para o Cultivo da Cana de Açúcar, Eucalipto, Seringueira e Reflexos na Pecuária, 1996-2030. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 41, n. 3, pp.47-52, 2011. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2011/tec4-0311.pdf>. Acesso em 10 março 2018.

PITTA, Fábio Teixeira. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. 2016. Tese Doutorado. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PITTA, Fábio Teixeira et al. Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil. *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, 2014. Disponível em <https://www.social.org.br/index.php/pub/revistas-portugues/172-empresas-transnacionais-e-producao-de-agrocombustiveis-no-brasil.html>. Acesso em 12 maio 2019.

SANTOS, Henrique Faria. Oligopolização e financeirização do setor sucroenergético brasileiro no século XXI. *Revista de Geografia*. Recife, v. 35, nº 2, pp. 113-133, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>. Acesso em 11 maio 2019.



XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA
ECONÔMICA & 15ª CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS
VARGINHA, 15 A 17 DE NOVEMBRO DE 2021



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

TETTI, Laura Maria Regina. “Protocolo de Kyoto: Oportunidades para o Brasil com base em seu Setor Sucroalcooleiro - Um pouco da História da Questão Mudanças Climáticas e Efeito Estufa”. MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. (Orgs.). *Agroindústria Canavieira no Brasil: Evolução, Desenvolvimento e Desafios*. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

TSUNECHIRO, Alfredo et al. Valor da Produção Agropecuária e Florestal do Estado de São Paulo em 2011. *Análises e Indicadores do Agronegócio*. São Paulo, v. 7, n. 4, pp. 1-7, 2012. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-18-2012.pdf>. Acesso em 20 março 2018.